



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

CIDADE, (COM)VIVÊNCIA E PANDEMIA: rodas de conversa como dinâmica pedagógica para reflexão coletiva sobre a cidade do Rio de Janeiro

LENISE LIMA FERNANDES ¹
ELLEN FELIX ²

RESUMO

Este trabalho tece reflexões sobre impactos da pandemia do Covid-19 no convívio e nos mecanismos de percepção sobre a realidade urbana do Rio de Janeiro. O crescimento exponencial das cidades se afirma como fenômeno mundial desde meados do século XX e a pandemia, reconhecida pela OMS em 2020, evidencia múltiplas expressões da questão social materializadas em diversas cidades brasileiras. Porém, rodas de conversa realizadas em 2021 e 2022 sugerem que o isolamento social compulsório alimentou abordagens individualistas sobre os problemas urbanos, induzindo ao retrocesso na capacidade dos indivíduos sociais apreenderem a dimensão de totalidade que articulava as diversas situações problematizadas.

Palavras-Chave: cidade, convivência, pandemia, rodas de conversa

ABSTRACT

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

This paper considers the impacts of the Covid-19 pandemic on living and on the mechanisms of perception regarding the urban reality of Rio de Janeiro. The exponential growth of cities has been a worldwide phenomenon since the mid-twentieth century and the pandemic, recognized by the WHO in 2020, shows multiple expressions of social inequalities in several Brazilian cities. However, conversation circles that we held in 2021 and 2022 suggest that compulsory social isolation stimulated individualistic approaches to urban problems, inducing a regression in the ability of social individuals to apprehend the dimension of totality that articulates the addressed situations.

Keywords: city, coexistence, pandemic, conversation circles

1 - INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades se estabelece como fenômeno mundial a partir da segunda metade do século XX. Entre as fontes que comprovam esta afirmação, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (2018) destaca: naquele ano, 548 cidades no mundo já possuíam pelo menos 1 milhão de habitantes. Isto, entretanto, não ocorre desconectado de determinações complexas. Harvey (2006) explica que a consolidação das cidades e da vida urbana é funcional ao desenvolvimento do capitalismo. Porém, ao mesmo tempo em que as cidades materializam formas de valorização do capital – com apoio nos processos de exploração, expropriação e a dominação, dos quais se nutre – também nelas são expostas as contradições inerentes às relações sociais engendradas neste mesmo modo de produção (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 1999).

Na medida em que as cidades brasileiras integram esta trama, podemos reafirmar que as contradições e desigualdades nelas concretizadas possuem dimensões estruturais, postas pelo lugar do Brasil na dinâmica internacional de expansão e valorização do capital, desde o período colonial até a fase atual do capitalismo. Portanto, em qualquer tempo histórico, podemos verificar que as cidades são atravessadas por pautas e debates protagonizados ora por organismos internacionais, ora por movimentos sociais – na esteira

da contestação e/ou do controle social –, com ênfase em condições e modos de vida da população, sobre articulações e conflitos entre progresso, desenvolvimento econômico, inovações tecnológicas e preservação de recursos naturais, sobre raízes históricas de embates entre direito à terra, direito à cidade, segregação urbana, racismo, homofobia e outros temas cotidianos.

Tendo como dados os aspectos acima, governos em distintas escalas de poder foram forçados a lidar com as já antigas contradições urbanas, em bases não programadas, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a pandemia do Codiv-19, em março de 2020. Pressupondo as condições históricas que enfocamos, Pinto & Cerqueira (2020) destacam que esta calamidade mundial se estabeleceu num quadro de intensificação da crise estrutural do próprio modo de produção capitalista, ele mesmo indutor de condicionantes que interferem na proliferação de doenças pelo mundo, dada a relação predatória com o meio ambiente e a restrição das garantias de proteção social e do trabalho. No caso do Brasil, entre avanços e recuos da ciência e dos embates políticos, testemunhamos a explícita resistência do Estado, sobretudo na instância federal, a aportar recursos e ampliar sua responsabilidade social via medidas públicas para conter avanços da doença e administrar seus impactos.

Ainda no aguardo da produção e liberação de vacinas, tendo como referência as diretrizes recomendadas pela OMS e por grupos científicos diversos, no território nacional e no exterior, a mídia brasileira garantiu destaque à necessidade de reclusão domiciliar e de intensificação das práticas de higiene pessoal para controle preventivo à disseminação da doença. Inicialmente, entretanto, ajudou a propalar ideia destorcida de que a contaminação pelo vírus assumia um padrão “democrático”, posto que atingia pessoas de todas as classes, raças, gêneros e grupos sociais. Ainda assim, a combinação dos elementos expostos colocou a sociedade brasileira frente à impossibilidade de seguir negligenciando o reconhecimento das condições de vida, por vezes sub-humanas, de parte significativa da população residente em favelas, abrigadas em ambientes insalubres e em situação de rua, por exemplo.

Na medida em que o enfoque midiático girou da criminalização da pobreza para o aumento da mobilização social para suporte aos segmentos mais pauperizados e socialmente desprotegidos, chegamos a supor que isto funcionaria como insumo à percepção destas condições enquanto expressões da questão social especialmente materializadas nas grandes e médias cidades brasileiras. Tal expectativa nos colocou diante da seguinte indagação: *Se a complexidade das condições cotidianas pré-existentes foi*

exposta e aprofundada, afetando rotinas e sociabilidades supostamente já assimiladas, podemos afirmar que a identificação destes processos se tornou mais nítida para quem os vivencia diretamente?

Ainda na vigência do isolamento social para o segmento de jovens estudantes, e com o objetivo de mapear e estimular reflexões sobre os impactos da pandemia no convívio, nos mecanismos de (re)apropriação e de percepção da cidade do Rio de Janeiro, planejamos a organização de 6 (seis) rodas de conversa, em formato virtual, com tema “*Cidade, (com)vivência e Pandemia*”, oferecidas enquanto atividades de extensão a discentes da UFRJ. Dos 6 (seis) encontros planejados, 4 (quatro) foram realizados: dois em outubro de 2021 e dois em janeiro de 2022, com 25 presentes no total. As rodas foram conduzidas pelas autoras deste artigo, com apoio de duas bolsistas vinculadas à Coordenação de Extensão da ESS/UFRJ no processo de divulgação.

Recurso metodológico muito usado em propostas de educação popular, as rodas de conversa favorecem trocas de experiências entre indivíduos sociais cujas sociabilidades são dialeticamente atravessadas pelas dimensões de classe, gênero, raça, etnia, etária, entre outras, e que protagonizam o debate compartilhando distintas visões de mundo. Além de julgá-la atrativa e pertinente, num contexto em que o segmento enfocado já manifestava traços de desmotivação e exaustão mental pelas restrições ao convívio social, escolhemos esta dinâmica pedagógica por valorizarmos o potencial dialógico e reflexivo que ela desperta, favorecendo ao alcance coletivo de uma nova perspectiva sobre o assunto tratado, com atenção aos processos que o atravessam numa totalidade. Os resultados obtidos indicam que o isolamento efetivamente desacelerou o potencial de reconhecimento dos nexos que vinculam as carências e dificuldades experienciadas pela maioria dos participantes das rodas de conversa, induzindo estas pessoas a um retrocesso na sua capacidade de crítica à realidade. Por outro lado, esta forma de abordagem surtiu o efeito de reimpulsionar a ultrapassagem das abordagens individualistas, aguçadas pelo isolamento social compulsório em que se encontravam, favorecendo a percepção da totalidade em que se articulam as diversas situações por eles problematizadas.

2 – PRÉ-CONDIÇÕES DO ISOLAMENTO SOCIAL NUMA CIDADE EXCLUDENTE

Independentemente do campo da política social, da instituição em que atue ou da proposta de pesquisa e extensão em que se atue, é cada vez mais relevante que

assistentes sociais, em qualquer nível de formação, detenham algum conhecimento crítico que lhes permita reconhecer os impactos da correlação de forças entre distintos interesses na cidade. Afinal, como enfatiza Santos (2001), na medida em que se torna preponderantemente submetido à lógica do mercado, o espaço vivido, aquele onde a vida cotidiana se materializa, se apresenta em tal grau atravessado por desigualdades e injustiças que quase se torna um *espaço sem cidadãos*. Longe de negar a capacidade de reação daqueles que habitam a cidade, aqui o autor critica a ausência ou insuficiência de oferta de serviços essenciais ao suporte do desenvolvimento humano, tanto a partir de necessidades individuais quanto coletivas. Ao desvincular a ideia de cidadania de qualquer concepção de emancipação do ser social, como se não devesse atender, em primeira instância, a determinada função social, a alocação de fixos no território é majoritariamente pautada pelos interesses de valorização do capital. Conforme assinala Mészáros (2011), na busca incessante da acumulação e da superação de suas crises, o capitalismo torna-se necessariamente destrutivo, inclusive no sentido literal através da recorrente destruição dos fixos já produzidos, por vezes até mesmo inacabados.

Num país como o Brasil, por sua posição dependente em relação às chamadas economias centrais e pelo acúmulo histórico dos efeitos perversos das crises políticas e econômicas atravessadas, esta dinâmica resulta em níveis de expropriação de direitos aviltantes (BOSCHETTI, 2018). Conforme Ianni (1989), as condições estruturais da formação social, política e econômica do Brasil no período colonial alicerçam ainda hoje as desigualdades e antagonismos que perpassam a “questão social” contemporânea no país³. Neste sentido, considerar as condições de vida da população pauperizada em cidades como o Rio de Janeiro – antes, durante e para além da pandemia –, exige reconhecer que o perfil da maioria destas pessoas não se define apenas pelo lugar que cada qual ocupa no mundo do trabalho (estando economicamente ativos ou não), mas também pela herança étnico-racial e do patriarcado que se carrega.

Mesmo nos anos anteriores à pandemia já era possível constatar a acentuação dos traços de desumanização na cidade, intrinsecamente vinculados aos mecanismos de readequação da economia globalizada e do retraimento da face social do Estado. Entre os traços a que nos referimos, destacamos a precarização das redes de transporte, incluindo a malha criada no contexto dos chamados mega-eventos (entre 2007 e 2014), como parte das

3 Há 12 anos passados, de acordo com censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 existiam 763 favelas apenas na cidade do Rio de Janeiro. Nelas residiam cerca de 22% da população carioca (1.393.314 habitantes). Alguns anos depois, NADALIN, et al. (2016), divulgava que, no Brasil, quase 75% da população residente em aglomerados subnormais se localizavam ao redor das metrópoles.

medidas para revitalização urbana; a elevação do valor das passagens em todos os meios de transporte, sem a devida recuperação da qualidade dos serviços prestados pelo setor; a deterioração das vias públicas, que impactam negativamente no tempo de circulação necessário à livre e satisfatória mobilidade urbana; a ampliação da crise por moradia, que expandiu o contingente populacional vivendo em situação de rua, adensou e/ou levou ao surgimento de novas favelas e assentamentos informais; o aumento da insegurança nos espaços públicos e de ocorrências vinculadas à violência urbana.

Diante deste quadro, a segregação territorial das camadas empobrecidas já vinha produzindo diversas formas de distanciamento social, que caminhavam *pari passu* com a perversa tentativa de silenciar, desqualificar ou mesmo criminalizar os segmentos que ousavam questionar aquelas condições, reivindicando seu legítimo direito à cidade. Como, então, as orientações ao confinamento compulsório, apresentadas como medidas imediatas para conter os avanços da pandemia, impactaram esta realidade? Como tais orientações interferiram na maneira como a relação entre Estado e sociedade foi apresentada para a população? Decorridos mais de 2 anos, desde seu reconhecimento em escala mundial, a pandemia de fato consolidou sua imagem de “mal democrático”?

Partindo do princípio de que a dura experiência trazida pela travessia da pandemia deveria ser capturada e elevada a um nível de abordagem crítica que nos permitisse superar os limites das ações solidárias – que eclodiram durante seu auge, vendo os menos favorecidos como pessoas que mereciam ajuda, mas que seguiam sem ser reconhecidas enquanto cidadãs portadoras de direitos (FERNANDES, 2020) –, julgamos fundamental instigar tais reflexões junto a integrantes do corpo docente da UFRJ, esperando que esta iniciativa pudesse impulsioná-los a outros exercícios analíticos mais profundos no âmbito da formação acadêmica, mediante a articulação de conhecimentos obtidos por suas inserções em atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também enquanto sujeitos conscientes em suas diversas interações sociais.

Nossa investida na realização de rodas de conversa havia se iniciado em 2019, na articulação de um trabalho com dois outros docentes da ESS-UFRJ. Este foi interrompido pelo período de férias, entre o fim daquele ano e início de 2020, quando, então, nos deparamos com a impossibilidade de voltar à universidade. Aos poucos, nos sentimos motivados a retomar as atividades de extensão, forçadamente suspensas. Assim, decidimos enfrentar a necessidade de reajustarmos alguns parâmetros e objetivos para desenvolvermos outras abordagens a partir da movimentação deste mesmo recurso pedagógico.

3 - RODA DE CONVERSA COMO DINÂMICA PEDAGÓGICA PARA CONSTRUIR SABER

Enquanto técnica de suporte à pesquisa e à construção do conhecimento no campo da educação popular, as rodas de conversa foram inspiradas pelos Círculos de Cultura desenvolvidos por Paulo Freire, a partir de seu compromisso com a educação como prática da liberdade e mecanismo de enorme potencial para a transformação emancipatória tanto dos indivíduos sociais quanto dos ambientes de sociabilidade em que estavam inseridos. Desde então, elas têm sido valorizadas por profissionais de diversas áreas do conhecimento – educação, serviço social, psicologia social, psicanálise, entre outros – e são aplicadas em dinâmicas diversas de interação, podendo envolver segmentos distintos da população, técnicos e profissionais em diferentes graus de formação.

Quando utilizadas como técnica de abordagem associada a objetivos de pesquisa, as rodas de conversa se mostram extremamente profícuas, na medida em que permitem às pessoas que dela participam expressarem suas impressões, opiniões, conceitos e concepções sobre o tema focado, numa postura de diálogo horizontal. Desta maneira, a dinâmica estimula a construção coletiva do conhecimento, ao passo que ainda permite o exercício desta construção numa condição reflexiva, que simultaneamente se alimenta da construção e da desconstrução de noções inicialmente supostas e apresentadas como individuais, trazidas ao grupo.

O impulso para realizar rodas de conversa que trouxessem à baila o compartilhamento das experiências desencadeadas pela pandemia, no que dizia respeito à relação das pessoas com a cidade, surgiu ainda em 2020, tão logo compreendemos que o distanciamento social precisaria ser ainda prolongado. No entanto, impelida, de um lado, pela necessidade de reinventarmos a própria rotina acadêmica, nos ajustando ao uso dos recursos disponíveis para o ensino em formato remoto, e, de outro, relativamente desmotivadas pelos distintos obstáculos encontrados por parte significativa do corpo discente da UFRJ para efetivamente usufruir do acesso às tais novas modalidades de conexão acadêmica, adiamos esta iniciativa.

Em meados de 2021 decidimos divulgar a proposta, planejando 6 (seis) encontros com 2 horas e 30 minutos de duração para cada um. Efetivamente, por algumas dificuldades referentes à organização, à divulgação e à conciliação de agendas possíveis para execução das rodas de conversa nas datas inicialmente planejadas, só conseguimos abrir 4 salas para

realizar as mesmas. Ainda assim, no dia do terceiro evento, diversos inscritos encontraram dificuldades para se manterem online com um mínimo de estabilidade, o que resultou na suspensão da atividade neste dia, com transferência das pessoas inscritas para o grupo agendado na data subsequente. Apesar dos obstáculos, tivemos a presença de 25 estudantes ao longo das duas rodas de conversa desenvolvidas, o que nos permitiu o registro de observações interessantes, cuja análise compartilhamos por meio deste trabalho.

Para manter maior coerência com a proposta de diálogo horizontal entre o grupo, optamos por iniciar a dinâmica a partir de uma fala simples, retomando de maneira sintética a proposta que havia sido indicada no próprio post de divulgação do evento. Entretanto, indicamos o interesse em abordar 4 tópicos dentro do tema geral, "*Cidade, (com)vivência e Pandemia*". Os tópicos foram Moradia, Mobilidade, Lazer/Convivência e Segurança. Ao final do segundo encontro foi levantada a sugestão para, numa próxima vez, incluirmos um quinto tópico, que seria Educação. Para fins de análise neste artigo, nos deteremos ao trato do tópico MORADIA.

No primeiro dia, o grupo contou majoritariamente com a presença feminina (6 mulheres e 1 homem), aproximadamente entre 20 e 30 anos de idade. A apresentação dos presentes foi efetuada de modo informal, com fornecimento do primeiro nome, sem solicitação de autodeclaração quanto a raça/cor e orientação sexual. Embora tenhamos ponderado que seria interessante cada pessoa identificar seu local de origem e de residência, na medida em que isto não era uma imposição, nem sempre tal informação foi publicizada. Pelos comentários compartilhados, apreendemos que algumas pessoas residiam na zona sul e outras na zona norte, sem especificação dos bairros.

Ao abrirmos a conversa pela abordagem do tópico Moradia, observamos que as primeiras falas associavam esta imagem principalmente à ideia de "lugar de abrigo", mas também como "lugar de trabalho e estudo", ressignificando este espaço e criando novos hábitos que passavam a estar relacionados a ele. Espontaneamente, os primeiros aspectos indicados remeteram a condições e sentimentos positivos. "Estar em casa" apareceu, então, como sinônimo de cuidado, solidariedade e responsabilidade entre a família, com uma leve problematização sobre as diferentes circunstâncias envolvidas nas possibilidades deste cuidado (recursos financeiros e espaço físico, principalmente).

Aos poucos, a ênfase sobre o isolamento passou a percorrer os aspectos de maior tensão implicados na referida experiência. O primeiro a ser abordado foi o olhar moralizador sobre a adesão (ou não) ao isolamento social: ficando em casa, protejo minha família/pessoas que moram comigo, porque me importo com ela/s. Na sequência, outros

elementos negativos foram apontados: estar confinada/o em um quarto de apartamento era sufocante; todo mundo junto, o tempo todo, na mesma casa, aumentava o grau de tensão nos relacionamentos (redivisão de tarefas, aumento do trabalho e dos gastos domésticos acarretado pela maior permanência em casa, ocorrência de pequenos acidentes, falta de privacidade constante, intensificação dos padrões de limpeza e higiene sob constante vigilância), levando eventualmente a situações de violência doméstica. Outro aspecto afetado no convívio cotidiano sob condições de isolamento social, em decorrência da pandemia, foi o estado mental das pessoas, sobretudo em moradias com maior número de ocupantes e, em especial, no que se referia ao estresse causado pela necessidade de deslocamento de alguns componentes do grupo que continuavam trabalhando fora de casa, gerando a permanente “paranoia” de potencial risco de contaminação nas pessoas que se mantinham em casa.

Vale destacar que, neste primeiro encontro, não foi levantada qualquer reflexão sobre as disparidades enfrentadas pela população, em geral, a partir das desigualdades estruturais que perpassam as condições de acesso à moradia na cidade. Ainda assim, o debate travado entre os presentes foi progressivamente se deslocando de depoimentos autocentrados para o reconhecimento de condições comuns, ainda que vividas separadamente.

Na segunda roda de conversa apenas 5 estudantes estiveram presentes, sendo todas do sexo feminino, com idades abaixo dos 30 anos. Como ocorreu nas apresentações da roda anterior, as participantes informaram o primeiro nome e não se manifestaram quanto a raça/cor e orientação sexual. Também não se pronunciaram de forma precisa sobre seus locais de residência, mas a ampla maioria sinalizou residir em áreas bastante afastadas da região central da cidade, algumas inclusive com características rurais.

Apesar de ter envolvido menos participantes neste dia, as trocas sobre o tópico Moradia foram bastante interessantes. Já ao início foi apontado o fato de que, a depender da localização geográfica da moradia, as pessoas são privilegiadas ou prejudicadas no que se refere ao acesso a serviços, equipamentos e rede de transporte. Para este grupo, a falta de equipamentos de saúde pública se tornou mais visível, gerando pânico na população. Ponderaram, ainda, que moradias em áreas sem infraestrutura de saneamento urbano, onde majoritariamente vivem os segmentos de baixa renda, colocam dificuldades adicionais à proteção destas pessoas em face do combate à contaminação pelo vírus. Alguns outros aspectos negativos apontados por participantes do encontro anterior foram trazidos à tona também por estas, tais como a necessidade de redivisão de tarefas em face da

intensificação do trabalho doméstico, decorrente da presença constante de pessoas em casa, a falta de privacidade e a densificação da ocupação do espaço, dificultando a conciliação de várias rotinas, além do aumento da violência doméstica.

No terceiro encontro da roda de conversa nos deparamos com obstáculos que se revelaram intransponíveis naquele momento, o que nos levou a suspendê-lo. Registramos a inscrição de 6 estudantes do sexo feminino para este dia, sendo que 3 estiveram presentes, além da monitora e das duas bolsistas de apoio. Duas das outras 3 inscritas chegaram a entrar e sair várias vezes da sala, dada a instabilidade da internet. Esta movimentação prejudicou bastante o andamento da conversa, que a todo momento era interrompida pela tentativa de retomarmos a dinâmica conjuntamente. Em consenso, acordamos migrar as inscritas neste dia para a roda prevista para o dia seguinte.

O quarto encontro da roda de conversa foi o mais consistente e movimentado. Tivemos 10 presenças, sendo que apenas 2 se repetiram da data anterior. Neste grupo, 9 estudantes eram do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino. Espontaneamente, ao se apresentarem, algumas informaram seus bairros de moradia: Oswaldo Cruz, Olaria, Penha, Del Castilho, Bonsucesso e Itaboraí. Duas situaram suas casas em favelas. Estas, em especial, problematizaram bastante as diferenças do modo como a pandemia estava sendo vivenciada em distintos territórios. Segundo elas, o uso de máscaras não era prática constante na favela. Por outro lado, houve uma organização entre os moradores para instalarem mais bicas comunitárias para que as pessoas lavassem sempre as mãos. Entretanto, estes pontos não foram mantidos por muito tempo.

Outras relataram o aumento de familiares residindo na mesma casa, mudança especialmente provocada pela perda de emprego por parte de irmãos ou parentes com filhos pequenos. Uma aluna também relatou sobre a situação de uma amiga, que mudou de casa duas vezes buscando acolhida de parentes, igualmente por perda da fonte de renda.

Muitas relataram ter aumentado o fluxo de imigrantes nordestinos para seus bairros, em busca de suporte de familiares já estabelecidos na cidade, motivados pela expectativa de melhoria de condições de vida ao final da pandemia.

Assim como nos dias anteriores, as participantes desta roda de conversa destacaram estado de tensão permanente que se abateu sobre pessoas que compartilhavam moradia com diversos ocupantes, especialmente quando algum deles precisava se deslocar porque continuavam trabalhando fora de casa. O medo de exposição ao risco de contaminação tanto para estes quanto para os que se mantinham em casa precisava ser bem administrado para que os laços afetivos e de apoio não fossem fragilizados.

Uma vez exposto este breve mapeamento das perspectivas espontaneamente compartilhadas sobre a relação entre moradia, pandemia e cidade, cabe acrescentar algumas explicações. Como a dinâmica de casa roda de conversa provocava a troca de observações ainda sobre outros 3 tópicos articulados ao da Moradia – Mobilidade, Lazer/Convivência e Segurança –, a tendência observada em todos os encontros, ainda que com intensidades distintas, foi a de superação do enfoque fragmentado sobre moradia, recorrente ao início de cada encontro.

Além disso, após o término de cada roda, solicitamos aos participantes que preenchessem um formulário de avaliação online sobre a atividade. O procedimento não foi obrigatório. Ainda assim, obtivemos 3 respostas (em 7) vinculadas ao primeiro encontro, 2 respostas (em 5) vinculadas ao segundo encontro e outras 3 respostas (de 10) sobre o quarto encontro. Entre outras questões, sobre as quais trataremos em uma próxima oportunidade, perguntamos: “Por favor, indique nas opções abaixo a intensidade com que esta Roda de Conversa impactou na sua visão sobre a diversidade dos temas abordados.” Na sequência, oferecemos 3 opções classificatórias (Bastante; Razoavelmente; Pouco), vinculadas a cada um dos tópicos. No que se refere ao trato do tópico que enfatizamos neste artigo, obtivemos 6 respostas confirmando que as rodas de conversa realizadas haviam impactado BASTANTE na visão da/o participante sobre o tema Moradia e 2 respostas indicando que elas haviam impactado POUCO na visão que já possuíam sobre o assunto.

4 - CONCLUSÃO

Na busca desenfreada de garantir sua sobrevivência, às custas do aprofundamento de medidas sociais, econômicas e políticas que dia a dia nos impelem à barbárie, o modo de produção capitalista impulsiona suas dinâmicas de exploração da força laboral e de expropriação dos direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora, tendo como alicerce os governos neoliberais e os escudos que seu próprio sociometabolismo se encarrega de renovar. Entre as diversas medidas de enfrentamento de sua crise mais recente, o Estado burguês, também aqui no Brasil, se alinhou à orientação internacional de transferir à iniciativa privada a prerrogativa da oferta e da gerência de serviços diversos, não só no terreno das atividades meio, mas também (progressivamente) das atividades fins, nos campos da saúde, educação, transportes e outros. Neste cenário amplo e ambíguo, a

pandemia da Covid-19 já registrou 34.429.853 casos acumulados no país, com 683.965 óbitos acumulados, segundo informações colhidas neste mês de agosto de 2022, disponíveis no site da FIOCRUZ.

Enquanto integrantes de uma das maiores universidades do país, e preocupadas com a contínua atualização do processo de formação de profissionais do serviço social, não pudemos negligenciar a atenção sobre a confluência de problemáticas que conectam condições de moradia, produção da cidade no capitalismo pandemia. Sem pretender realizar ações de maior fôlego durante o período em que ainda estivemos tolhidas pelo confinamento, mas sem abrir mão de nos movimentarmos, procuramos fortalecer as reflexões sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro, considerando permanências e alterações produzidas nas formas de convívio e apropriação do espaço urbano. Para além da visibilidade da cidade no cenário internacional e da diversidade das experiências cotidianas de seus residentes, consideramos relevante fortalecer este movimento para instigar, entre discentes do Serviço Social, a atenção sobre a relevância da cidade em todos os campos de atuação em que nosso exercício profissional se faz presente.

Os desdobramentos desta experiência, dinamizada a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, poderão fomentar debates futuros de modo a estimular novas/os pesquisadoras/es sobre as conexões entre as diversas expressões da questão social, a configuração urbana e a implementação das distintas políticas sociais. Consideramos, ainda, que assim poderemos oferecer conteúdo adicional no trato da cidade, pelo Serviço Social, para além de sua compreensão como locus de moradia, lacuna já reconhecida nos últimos anos e que exige maior atenção dos processos formativos dentro e fora da academia. Afinal, a resistência aos modos opressivos de gestão da cidade é cada vez de importante, embora nem sempre pareça viável. Para tanto, o assistente social deve buscar e valorizar os sujeitos de resistência comprometidos com princípios voltados à efetiva transformação social, compreendendo a perspectiva dos conflitos e permanecendo articulado com os movimentos da e na cidade, de modo a fortalecer a participação popular no encaminhamento das demandas da população com a qual trabalha.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Expropriação de Direitos e Reprodução da Força de Trabalho. In:

- BOSCHETTI, I. (Org.) *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2018.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, L. L. Considerações preliminares sobre a visibilidade das favelas no contexto da pandemia do Codiv-19 no Rio de Janeiro. In: MOREIRA, E.; GOLVEIA, R. (et. al. Orgs.). *Em Tempos de Pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro, UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Escola de Serviço Social, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços e Debates - Revista de Estudos Regionais*, 1996.
- IANNI, O. A Questão Social. In: *Revista Ciência & Trópicos*, Recife, v. 117, nº 2, jul/dez., 1989.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LEFEBVRE, H. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PINTO, M. B.; CERQUEIRA, A. S. Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n.1, p. 38-52, jan. / jun. 2020.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. 7ª Ed, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SAMPAIO, J.; SANTOS, G.C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A.S. Limites e possibilidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Revista Interface (Botucatu)*. 2014; 18 Supl 2:1299-1312.
- SILVA, K. M.; VASCONCELOS, V. O. O que nos ensinam e o que aprendem os alunos de EJA em seus processos educativos: Contribuições da educação popular. *Série-Estudos, Campo Grande*, v. 22, n. 45, p. 99-119, maio/agos., 2017.
- UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *The World's Cities in 2018 - Data Booklet (ST/ESA/ SER.A/417)*, 2018. Disponível em https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf